

A INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA A EQUIDADE E INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

THE INTEGRATION OF PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES FOR EQUITY AND INNOVATION IN BASIC EDUCATION IN BRAZIL: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES

LA INTEGRACIÓN DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCATIVAS PARA LA EQUIDAD Y LA INNOVACIÓN EN LA EDUCACIÓN BÁSICA EN BRASIL: DESAFÍOS Y OPORTUNIDADES

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-083>

Data de submissão: 09/05/2025

Data de publicação: 09/06/2025

Poliana Silva Costa

Especialista em Educação Especial Inclusiva,
Faculdade de Educação Superior de Paragominas-FACESP,
Paragominas, Pará, Brasil.

E-mail:anapoliana83@gmail.com
CV: <http://lattes.cnpq.br/3071795830975541>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4128-9930>;

José Francisco da Silva Costa

Doutor em Física
Universidade Federal do Pará Belém, Pará, Brasil
E-mail:jfsc@ufpa.br
CV: <http://lattes.cnpq.br/9492719731740641>
ORCID: <http://lattes.cnpq.br/9492719731740641>);

Francinei Bentes Tavares

Doutorado em Sociologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil
E-mail:francinei@ufpa.br
CV: <http://lattes.cnpq.br/2305847447719005>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1170-6538>

RESUMO

O objetivo geral deste artigo é analisar a integração das políticas públicas educacionais direcionada para a promoção da equidade e da inovação na educação básica no Brasil, buscando compreender os desafios e oportunidades para a construção por uma educação inclusiva e igualitária. A metodologia a que se propõe a pesquisa é baseada em importantes autores que vinculam temas ressonantes e inerente a presente temática, baseando-se na revisão da literatura nas mais recentes sobre programas federais de transferência de recursos, formação continuada de professores e inclusão de tecnologia educacional, tendo como desenvolvimento os principais tópicos que abordam os pilares de programas que entrelaçam as condições para atingir uma educação de qualidade, tais como a Identificação dos desafios, definição de metas e objetivos, desenvolvimento de Políticas Públicas, Implementação de programas, monitoramento, avaliação e Promoção de boas práticas. Os resultados mostram que, apesar

dos progressos no desenvolvimento de políticas públicas, coexistem entraves que acionam desafios que emanam para uma implementação eficaz na questão de desigualdades regionais, má gestão de recursos e a desvalorização da profissão docente. No entanto, as oportunidades tecnológicas educacionais possibilitam métodos de ensino inovadores capazes de abrir um horizonte que pode transformar o ensino e a aprendizagem que transforma a educação, torna-se mais dinâmica e inclusiva. A conclusão da pesquisa é que apesar dos entraves, sobressai a importância do compromisso transparente e coletiva na implementação da política educacional pública, destacando o reconhecimento dos professores e o investimento em programas de formação continuada que são fundamentais para garantir uma maior valorização do quadro educacional com intuito de melhorar a qualidade do ensino público, portanto, a integração das políticas públicas educacionais, aliada à inovação pedagógica e ao uso da tecnologia, torna-se a base para um sistema educacional que tende a ser igualitária e inclusiva.

Palavras-chave: Integração de Políticas Públicas Educacionais. Qualidade. Desafios e oportunidades.

ABSTRACT

The general objective of this article is to analyze the integration of public education policies aimed at promoting equity and innovation in basic education in Brazil, seeking to understand the challenges and opportunities for building an inclusive and egalitarian education. The methodology proposed for this research is based on important authors who link resonant themes inherent to the present theme, based on a review of the most recent literature on federal programs for the transfer of resources, continuing education for teachers and the inclusion of educational technology, developing the main topics that address the pillars of programs that intertwine the conditions for achieving quality education, such as identifying challenges, defining goals and objectives, developing public policies, implementing programs, monitoring, evaluating and promoting good practices. The results show that, despite progress in the development of public policies, obstacles coexist that trigger challenges that emanate from effective implementation in the area of regional inequalities, poor management of resources and the devaluation of the teaching profession. However, educational technology opportunities enable innovative teaching methods capable of opening a horizon that can transform teaching and learning, making education more dynamic and inclusive. The conclusion of the research is that despite the obstacles, the importance of transparent and collective commitment in the implementation of public education policy stands out, highlighting the recognition of teachers and investment in continuing education programs that are fundamental to guarantee a greater appreciation of the educational framework with the aim of improving the quality of public education. Therefore, the integration of public education policies, combined with pedagogical innovation and the use of technology, becomes the basis for an educational system that tends to be egalitarian and inclusive.

Keywords: Integration of Public Education Policies. Quality. Challenges and Opportunities.

RESUMEN

El objetivo general de este artículo es analizar la integración de las políticas educativas públicas orientadas a promover la equidad y la innovación en la educación básica en Brasil, buscando comprender los desafíos y las oportunidades para construir una educación inclusiva e igualitaria. La metodología propuesta para esta investigación se basa en importantes autores que vinculan temas relevantes inherentes al presente tema, a partir de una revisión de la literatura más reciente sobre programas federales de transferencia de recursos, formación continua docente e inclusión de tecnología educativa. Se desarrollan los principales temas que abordan los pilares de los programas que entrelazan las condiciones para lograr una educación de calidad, como la identificación de desafíos, la definición de metas y objetivos, el desarrollo de políticas públicas, la implementación de programas, el monitoreo,

la evaluación y la promoción de buenas prácticas. Los resultados muestran que, a pesar del progreso en el desarrollo de políticas públicas, coexisten obstáculos que generan desafíos derivados de su implementación efectiva en el ámbito de las desigualdades regionales, la mala gestión de recursos y la devaluación de la profesión docente. Sin embargo, las oportunidades que ofrece la tecnología educativa posibilitan métodos de enseñanza innovadores capaces de abrir un horizonte que puede transformar la enseñanza y el aprendizaje, haciendo que la educación sea más dinámica e inclusiva. La investigación concluye que, a pesar de los obstáculos, se destaca la importancia de un compromiso transparente y colectivo en la implementación de las políticas educativas públicas, destacando el reconocimiento del profesorado y la inversión en programas de formación continua, fundamentales para garantizar una mayor valoración del personal educativo con el fin de mejorar la calidad de la educación pública. Por lo tanto, la integración de las políticas educativas públicas, combinada con la innovación pedagógica y el uso de la tecnología, se convierte en la base de un sistema educativo que tiende a ser igualitario e inclusivo.

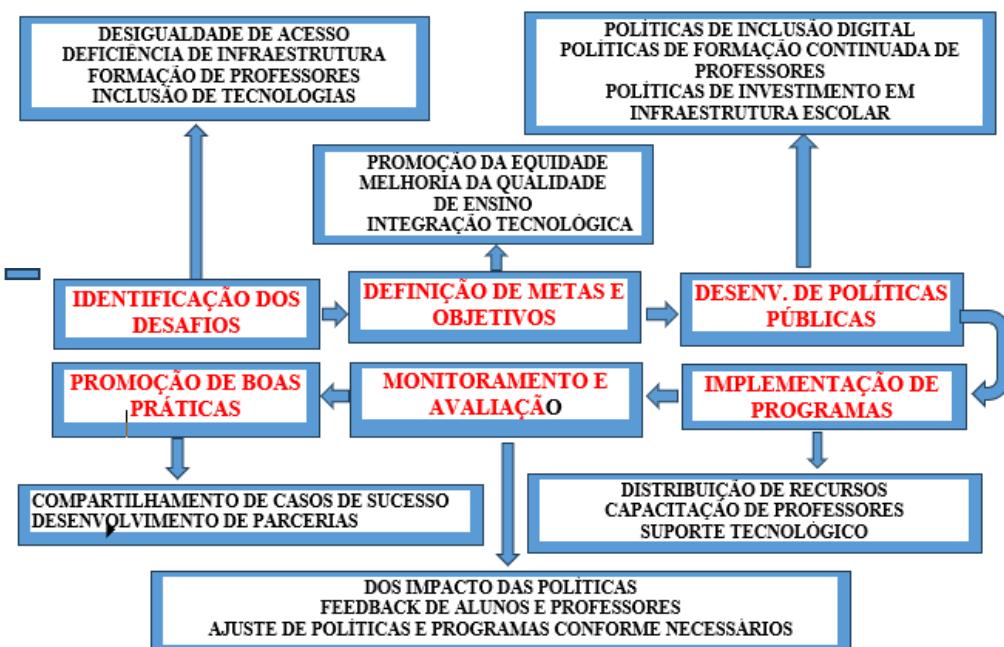
Palabras clave: Integración de las Políticas Educativas Públicas. Calidad. Retos y oportunidades.

1 INTRODUÇÃO

Na situação atual, a educação básica é um dos pilares mais importantes do desenvolvimento económico e social de um país, e a educação é a base para o desenvolvimento de qualquer país. Porém, para avançar e garantir o apoio à educação, torna-se crucial a implementação de políticas públicas voltadas para a educação, tema de extrema relevância, principalmente no contexto brasileiro, onde desafios e oportunidades coexistem, e são dinâmicos e desafiadores.

O objetivo geral deste artigo é analisar a integração das políticas públicas de educação voltadas à promoção da equidade e da inovação na educação básica no Brasil, destacando os desafios e oportunidades para a construção de um futuro educacional inclusivo e de qualidade. No entanto para melhor compreender como o artigo será desenvolvido em seus pormenores, considerando as abordagens da temática, o fluxograma (figura 1) mostra como as políticas públicas educacionais estão ligadas com os seis principais tópicos para assegurar uma educação de qualidade a saber, Identificação dos Desafios, Definição de Metas e Objetivos, Desenvolvimento de Políticas Públicas, Implementação de Programas, Monitoramento e Avaliação e Promoção de Boas Práticas.

Figura 1: Fluxograma da pesquisa para Integração de Políticas Públicas Educacionais



Fonte: Própria dos autores.

Em relação a esse contexto, Bourdieu acreditava na afirmação de um novo espaço multidimensional no qual estão inseridos os agentes e instituições que produzem e comunicam ciência, neste caso envolvendo políticas públicas, e sugeriu incentivar debates multidisciplinares, entendidos como um passo antes da descoberta de barreiras disciplinares extrapoladas na construção de

conhecimentos relacionados a expressões conceituais interdisciplinares e transdisciplinares (Bourdieu, 2004), no sentido de que outros campos científicos também têm trabalhos relacionados a políticas públicas (Santos, 1996).

Sob esse aspecto, questiona-se como as políticas se materializam nas salas de aula, especialmente em áreas economicamente desfavorecidas. A análise precisa de ir além das estatísticas globais e se aprofundar nas experiências quotidianas de estudantes e professores para identificar lacunas e oportunidades de melhoria. Além disso, o impacto das políticas públicas nos ambientes escolares é cada vez mais importante. Integrar políticas públicas aos planos federais de transferência de recursos para escolas de educação básica é uma estratégia importante para garantir equidade e educação de qualidade a todos os alunos das escolas públicas e programas como PDDE, PNAE, PNATE e PNLD são fundamentais para alcançar uma educação de qualidade, apesar dos desafios enfrentadas para esse objetivo.

Sob esse aspecto, comprehende-se que os programas visam atender às necessidades básicas das instituições de ensino, disponibilizando recursos financeiros para melhorar a infraestrutura, adquirir materiais didáticos e formar professores, entre outros projetos relacionados à instituição. Para melhor abordar a temática apresentada, ao longo do texto são construídos alguns fluxogramas de grande importância para uma melhor compreensão dos conteúdos, pois uma vez construídos relacionam como se encontram vinculadas às políticas públicas e sua implementação de maneira intrínseca.

Em relação a implementação destes programas, como será posteriormente abordado, enfrentam obstáculos significativos, tais como a má gestão de recursos, a burocracia excessiva e a corrupção, que dificultam a coordenação da atribuição de fundos para os objetivos dos programas. Para enfrentar esta questão, é necessário superar esses desafios e garantir que os recursos cheguem às escolas de forma integral para promover um ambiente de aprendizagem propício e inclusivo, conforme exigido pela Constituição Federal.

A inclusão e o acesso universal à educação são princípios fundamentais para a construção de uma sociedade justa e igualitária, baseada em visões educacionais e políticas públicas, que são alcançadas através do trabalho conjunto e coletivo vinculado às políticas públicas para garantir o acesso universal à educação de qualidade e para eliminar as desigualdades sociais e promover a igualdade de oportunidades para todos. Nesse sentido, o fluxograma (figura 2) relaciona a inclusão escolar com as políticas públicas e sua implantação.

Figura 2: Fluxograma que relaciona a inclusão com os desafios, impactos e implementação das Políticas Públicas Educacionais



Fonte: Própria dos autores.

Percebe-se pela figura 2, que a educação não deve ser limitada ou diversificada, pois precisa ser baseada em valores e na homogeneidade, para garantir a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como povos indígenas e pessoas com deficiência, para garantir que a educação chegue a todos igualmente, sendo necessário trabalhar continuamente para eliminar as barreiras materiais, culturais e socioeconômicas que ainda impedem o pleno acesso de todos os cidadãos à educação.

Analizando sob a perspectiva educacional, comprehende-se que as políticas públicas representam um espaço fértil de desafios e oportunidades na construção do futuro da educação no Brasil, delineando e promovendo o desenvolvimento de políticas eficazes para que seja necessária uma abordagem multidimensional, levando em conta as especificidades regionais, culturais e socioeconômicas do país.

É fundamental que a sociedade civil e os profissionais da educação sejam incentivados a participar do processo de desenvolvimento e implementação de políticas educacionais na busca por uma educação de qualidade, reconhecendo que a educação é um direito de todos e um dever do Estado, e que investir na política pública de educação é investir no futuro do país, investir no futuro de cada aluno que enfrenta obstáculos todos os dias, às vezes ao longo de rios, afluentes e estradas que levam às escolas ribeirinhas, rurais ou urbanas, na busca por uma aprendizagem significativa.

Levando em conta esse contexto introdutório, a pesquisa se torna crucial para melhor explorar e analisar os desafios, pois representam questões complexas e críticas que têm impacto direto na sociedade e que o estudo vem fortalecer a integração das políticas públicas de educação voltadas à promoção da equidade e da inovação na educação básica no Brasil, destacando os desafios e oportunidades para a construção de um futuro educacional inclusivo e de qualidade. Nesse sentido,

integrar políticas públicas aos planos de transferência de recursos federais para escolas de educação básica é crucial para promover a equidade e a qualidade educacional no Brasil diante de grandes desafios como a burocracia e a corrupção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INSERÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA EM PROGRAMAS FEDERAIS ÀS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Um importante programa garantido pelo recurso federal corresponde ao programa PDDE que foi criado em 1995 e, atualmente, está regulamentado pela lei 11.947/2009, tendo por objetivo prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, às escolas de educação especial qualificadas como benfeiteiros de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, às escolas mantidas por entidades de tais gêneros e aos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.

Os recursos do PDDE estão inseridos em todas as escolas públicas das redes estadual, distrital e municipal que possuam alunos matriculados na educação básica e que fazem parte do censo escolar, realizado pelo Ministério da Educação (MEC), nas escolas privadas de educação básica, na modalidade especial mantidas por entidades sem fins lucrativos e que estejam inseridas e inscritos no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ou possuir atendimento direto e gratuito ao público onde todas devem estar cadastradas no senso (BRASIL, 2007).

Em relação aos objetivos, entende-se que o PDDE buscar prover a escola com recursos financeiros, de forma suplementar, creditados diretamente em conta específica da Unidade Executiva (APMF) com única e exclusiva função de contribuir com a melhoria das condições estruturais e pedagógicas e portanto, esse recurso deve contemplar e assegurar as prestações de serviços destinados a esse propósito, visando a melhoria no contexto educacional. A tabela (tabela1) mostra as ações do PDDE e seus objetivos para a melhoria e ações no contexto escolar na garantia essencial por parte que todos os alunos tenham direito por uma educação de qualidade.

Tabela 1: Objetivos e ações educacionais do programa PDDE

OBJETIVOS DO PDDE	AS AÇÕES À EDUCAÇÃO
Minorar as desigualdades socioeducacionais	Fiscalizar as regiões pela observância do princípio redistributivo dos recursos
A garantia democrática à escola	Garantir que o espaço e vivência democrática seja exercida por meio de atividades educativas e recreativas.

A ação de um Plano de Desenvolvimento à Escola	Constitui um conjunto de estratégias previsto no PDE buscando a melhoria do IDEB em escolas de ensino fundamental
Adequações arquitetônicas	Destinadas às escolas públicas das redes estaduais favorecendo igualdade de acesso e as condições de permanência aos alunos assegurando o direito dos espaços comuns de aprendizagem.
Estimular e promover modelo de responsabilidade	A gestão temporal deve promover o processo educativo nos municípios mediante ação intersetorial das áreas sociais.

Fonte: própria da autora

De acordo com a tabela 1, verifica-se que o PDDE deve abranger todas as medidas de ações em que vincula os processos metodológicos e pedagógicos, assegurando que todos os alunos tenham os mesmos direitos por uma educação em que o PDDE atua e que essa ação tenha como propósito crucial a contribuição, orientação em que os procedimentos operacionais de execução ligado ao programa contemple o atendimento das necessidades das unidades educacionais com o fortalecimento da autonomia escolar, estimulando a participação da comunidade nas decisões escolares, visando com evidencia o levantamento das necessidades, definição de prioridades e controle social dos recursos recebidos.

Sobre esse aspecto, os recursos financeiros repassados para o PDDE serão destinados à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos, que concorram à garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino. Com efeito, a definição das prioridades a serem atendidas com o recurso do PDDE deve se dar com a participação da comunidade de maneira a contribuir no e investimento a verba do programa. Trata-se, portanto, de uma política pública que induz a gestão democrática das escolas.

As políticas públicas direciona seu papel para a educação e busca desempenhar função que promova a equidade e qualidade no sistema educacional brasileiro. No entanto, A inserção de políticas públicas tem como estratégia a garantir que todas as escolas, independentemente de sua localização e contexto socioeconômico, tenham acesso aos recursos necessários para oferecer uma educação de qualidade permitindo que todos os alunos sejam sujeitos críticos e conhecedores de seus direitos e deveres. No entanto as políticas públicas em conjunto com as escolas devem promover uma articulação concentrada tendo como grandes metas os impactos dos Programas de Repasse de Recursos Federais na qualidade educacional, os desafios e oportunidades na implementação de programas dentre outros ligados as raízes que permeiam o processo educacional (figura 3)

Figura 3: As implantações e planejamentos na promoção por uma educação de qualidade



Fonte: Própria dos autores

Para uma melhor compreensão da figura (figura 3) a tabela (tabela 2) mostra como essas podem atuar no desenvolvimento para o processo educacional

Tabela 2: Etapas de atuação para o desenvolvimento no ensino

ETAPAS DE ATUAÇÃO NO ENSINO	DESENVOLVIMENTO PARA ATUAÇÃO
PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	Nesta etapa, são definidos os objetivos de ensino, as competências e habilidades que os alunos devem desenvolver e o currículo necessário para alcançá-los.
IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO	Envolve a preparação dos materiais didáticos, a escolha dos métodos de ensino mais adequados e a integração da tecnologia no processo educacional
AVALIAÇÃO E QUALIDADE EDUCACIONAL	Utilizam-se métodos de avaliação para medir o progresso dos alunos e obter feedback. Com base nisso, fazem-se ajustes no currículo e nos métodos de ensino para melhorar a qualidade.
DESAFIOS EDUCACIONAIS	Identificação e enfrentamento dos principais desafios, como garantir a acessibilidade, manter a motivação dos alunos e gerir recursos limitados.
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Integra estágios, parcerias com empresas e treinamentos para preparar os alunos para o mercado de trabalho.
Aprendizagem Contínua	Incentiva o desenvolvimento contínuo de conhecimentos e habilidades ao longo da vida.

Fonte: Própria dos autores

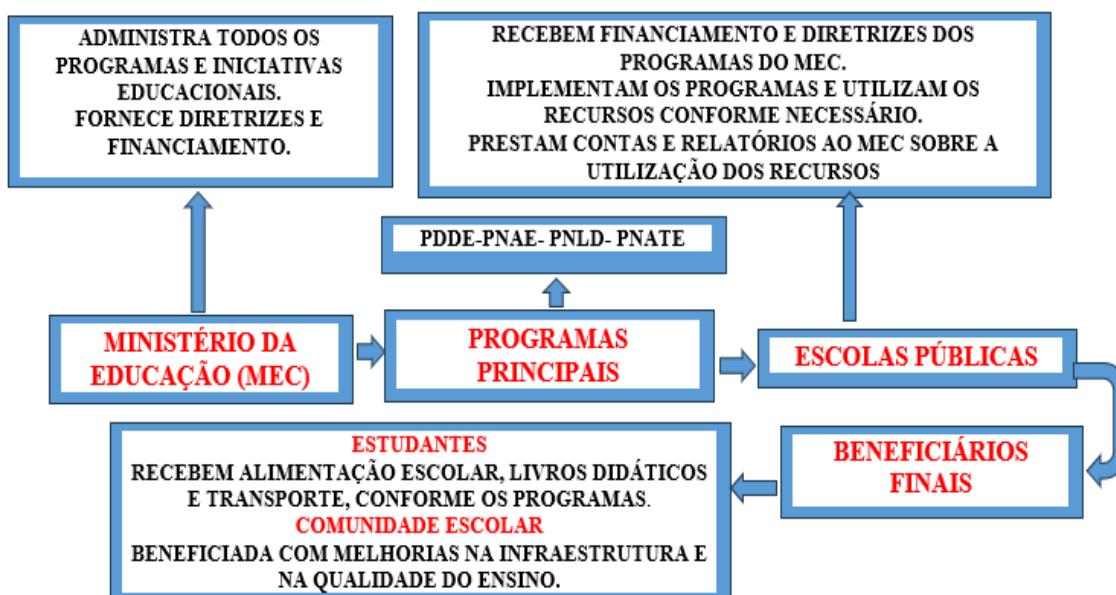
2.2 IMPACTO DOS PROGRAMAS FEDERAIS NA QUALIDADE EDUCACIONAL

Muitos estudos têm analisado o efeito dos planos envolvendo o dinheiro federal na qualidade do ensino nas escolas básicas (tabela 4). Um dos planos mais conhecidos nesse caso é o Programa

Dinheiro direto na escola (PDDE), feito em 1995, que quer dar dinheiro direto às escolas para melhoria da sua estrutura e compra de materiais didáticos. Segundo pesquisa feita por Alves e Soares (2019), o PDDE ajuda muito para cortar as diferenças no ensino, especialmente em escolas que estão em lugares difíceis.

Outro estudo relevante é o de Silva e colegas (2021), que examinou a eficácia do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação (FUBDE). Os resultados mostram que, embora o FUBDE tenha trazido um crescimento bastante no financiamento da educação básica, a gestão ruim dos recursos e a falta de treinamento dos gerentes escolares ainda são empecilhos grandes para obter mais bem resultados em educação (figura 4).

Figura 4: A relação fundamental entre os programas governamentais.



Fonte: Propria dos autores

Tabela 4: Programas Principais vinculados ao MEC

Principais programas	DESENVOLVIMENTO PARA ATUAÇÃO
Programa Dinheiro direto na escola- PDDE	Objetivo: Fornecer recursos financeiros diretos às escolas públicas. Beneficiários: Escolas públicas de educação básica. Implementação: Transferências diretas para contas bancárias das escolas.
Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE	Objetivo: Garantir alimentação escolar saudável para estudantes. Beneficiários: Estudantes da educação básica. Implementação: Fornecimento de recursos para a compra de alimentos
Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)	Objetivo: Fornecer livros didáticos gratuitamente para estudantes. Beneficiários: Estudantes da educação básica.

**Programa de Apoio
ao Transporte
Escolar (PNATE)**

Objetivo: Garantir o transporte escolar para estudantes da zona rural.
Beneficiários: Estudantes da educação básica residentes em áreas rurais.
Implementação: Fornecimento de recursos para o transporte escolar.

Fonte: Própria dos autores.

A execução de programas que dão recursos federais a escolas de educação básica tem muitos obstáculos que podem afetar como eles funcionam. Um grande problema é a papelada demais que está ligada em pedir e receber os fundos. Pesquisas, como a de Pereira e Oliveira (2020), mostram que a dificuldade dos métodos administrativos pode segurar a entrega dos recursos às escolas atrasando os planos e execução das ações programadas.

Os programas que dividem recursos do governo a escolas de nível básico enfrentam vários problemas que podem prejudicar como eles funcionam. Um grande problema é o excesso de papéis que estão envolvidos em perder e ganhar os fundos. Pesquisas, como a de Pereira e Oliveira (2020), mostram que a complexidade dos métodos administrativos pode atrasar a chegada dos recursos às escolas e prejudicar planos e execução das ações programadas.

Um outro desafio importante é a corrupção, que pode desviar dinheiro destinado à escola para outros fins. O estudo de Santos e Almeida (2018) mostrou que a ausência de clareza e cuidado certo ajuda no desvio de fundos, prejudicando a qualidade da escolaridade dada. Mas, há também chances para fazer a execução destes planos ficar melhor. O uso de tecnologias para gestão e o ensino paradoxo dos chefes das escolas são táticas que podem ajudar na efetividade e eficiência no uso dos recursos.

Por outro lado, existem chances importantes para o crescimento desses planos. A cooperação com grupos que não são governamentais (ONGs) e a engajamento ativo da comunidade na vigilância e medida das ações que são pagas são formas boas para assegurar a clareza e a eficácia no uso dos recursos. Pesquisas de caso, como o de Ferreira (2022), mostram que a união entre escola, comunidade e ONG pode ajudar os resultados dos programas de dar recursos, criando um lugar educativo mais aberto e de qualidade.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO

A intersecção entre políticas públicas e educação no Brasil constitui um campo de estudo vasto e desafiador, permeado por nuances que refletem a complexidade da realidade educacional no país. Dessa maneira, nessa subseção três facetas fundamentais dessa relação, avaliando desafios, avanços e os potenciais impactos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária por meio da educação.

A busca pela inclusão e pelo acesso universal à educação é um dos pilares centrais das políticas educacionais no Brasil. Nas últimas décadas, testemunham-se esforços significativos para assegurar que todos os cidadãos, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham a oportunidade de

usufruir de uma educação de qualidade. No entanto, a realidade dista-se desses ideais. Se houver pesquisas que retratem como são desenvolvidas as metas entre diferentes localidades das regiões brasileiras, pode-se observar que o papel e metas cumpridas pelas políticas públicas apresentam discrepâncias.

Alunos de áreas localizados em áreas urbanas podem ser mais assegurados em relação aqueles alunos que moram em regiões distantes de áreas urbanas, havendo problemas em meios de transporte, por exemplo fluviais, principalmente em tempos de invernos ou seca como atesta o autor Grotberg e Castro quando considera que processo de resiliência no ser humano pode ser compreendido como a aquisição da capacidade de uma pessoa, grupo ou comunidade de prevenir, minimizar ou dominar os efeitos negativos dos momentos de dificuldade (GROTBURG, 2005) ou em termos gerias, a resiliência representa o retorno ao estado normal após uma adversidade ou perturbação, porém, seu significado depende de suas bases teóricas, sendo empregado também nas áreas de psicologia, administração, ecologia e física (CASTRO, 2001)

Referindo-se esse termo de resiliência, contornando para o campo da pedagogia, ela é vista como uma estratégia que viabiliza de maneira prática e qualitativa a adaptação do professor às situações adversas que surgem em seu ambiente de ensino (TAVARES, 2014), principalmente quando a realidade educacional está além dos quesitos convencionais, como as escolas do campo por exemplo, que possuem um meio social diferenciado e precisam ser mais assistidas, como nas áreas rurais, o processo educacional abrange espaços da floresta, rios, campos, pequenas agroindústrias, áreas de convivência coletiva, roçados, dentre outros e nesse caso a Resiliência pedagógica acontecem ainda em escolas ribeirinhas frente às variações de seca e cheia do Rio Amazonas diferenciado e portanto por não apresentar muito desafios, a resiliência pedagógica é muito mais amena.

Na questão de aplicação de política pública para as escolas principalmente rurais e ribeirinhas, destaca-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) diz, no artigo 28º, que na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino deverão promover adaptações para a sua adequação às peculiaridades de cada região, ou seja, devem ser autônomas quanto a sua organização escolar, metodologias e calendário, adequando a estrutura escolar às suas necessidades e realidade (BRASIL, 1996). Entende-se ainda nesse aspecto educacional que as escolas do campo reproduzem o modelo educacional das escolas urbanas, limitando o desenvolvimento do pensamento crítico e acesso à cidadania, implementando nas áreas rurais a educação elitista e instrumental voltada apenas para o mercado de trabalho (BRITO, 2015).

Considerando o contexto anterior, considera-se que não é constante a universalização do acesso com objetivos e metas cumpridas por uma política pública favorável a todos e isso não se limita à

presença nas salas de aula e em outros fatores. Nesse caso, o governo deve atuar de maneira mais assistida na garantia de uma educação de qualidade a todos. Tendo em vista esse contexto, Caldart considera que diferentes coletivos do campo e educadores, desde 1998, por meio do Movimento Por uma Educação do Campo, tem sido defendido e analisado para a possibilidade da criação de um outro paradigma, chamado de educação do campo, que significa a criação de uma educação escolar nascida das vozes, história, luta, memória e vida dos oprimidos do campo. Uma educação que se configure como estratégia para os povos do campo lutarem por terra, trabalho, cultura, participação política, defesa do meio ambiente e, principalmente, construir outro projeto de vida e sociedade (Caldart, 2009).

Verifica-se que segundo a consideração do autor que é preciso iniciativas por parte do cidadão do campo, movimentos sociais na luta por direitos e pressionando o governo no cumprimento dos deveres fundamentais que a todos devem abranger. E essas lutas acontecem devido as disparidades que persistem, especialmente em regiões economicamente desfavorecidas. A falta de infraestrutura adequada, a escassez de profissionais qualificados e a ausência de recursos pedagógicos impactam a qualidade do aprendizado, perpetuando desigualdades educacionais.

Nesse contexto, é imperativo refletir sobre a efetividade das políticas públicas. Como as diretrizes estabelecidas nos documentos oficiais que se traduzem na realidade vivenciada por estudantes e educadores. Dessa forma, indaga-se: Como a implementação dessas políticas pode ser aprimorada para garantir que o acesso universal seja acompanhado por oportunidades educacionais autênticas e equitativas?

2.4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As políticas públicas em Educação consistem em programas mencionados anteriormente e ações elaboradas em âmbito governativo que auxiliam na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal que emanam como principais objetivos a prática que garantam o acesso à Educação para todos os cidadãos. No entanto passa a ser dever do governo a realidade por uma educação de qualidade, tornando-se sempre possível acessibilidade pelos meios de transporte aquático ou rodoviários permitindo o direito pelo acesso escolar e desse modo a avaliação e ajuda na melhoria da qualidade do ensino público no país e dependendo da localidade ou locais de difícil acesso, a política pública deve atuar na realização de medidas no que se refere a direito à Educação.

É preciso que a fiscalização seja assídua, diretores, famílias e outras entidades estejam organizadas para que o governo esteja em ressonância com os problemas cotidianos onde as pautas se concentram na melhoria na garantia do acesso à educação de qualidade e para garantir esse direito fundamental, as políticas educacionais brasileiras, formação de professores e a valorização da carreira

docente devem acontecer. Profissionais bem preparados e motivados desempenham um papel central na construção de um sistema educacional sólido e eficiente. Contudo, as condições de trabalho e a valorização social dos educadores frequentemente não refletem a importância de sua missão e essa problemática precisa ser resolvida, garantindo o direito por uma educação igualitária a todos os cidadãos.

Uma das possíveis soluções desse problema é que deve haver políticas que promova a formação continuada, o acesso a recursos pedagógicos inovadores e a criação de ambientes estimulantes para o desenvolvimento profissional dos professores são cruciais.

A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial... A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor econômico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer (Delors, 2003, p. 160).

Além disso, a valorização da carreira docente não deve ser medida apenas por critérios financeiros; é essencial reconhecer e destacar a importância social do trabalho dos professores para atrair e manter profissionais qualificados, pois a valorização profissional pelo governo deve se rumar meta constante para que a educação avance, não causando entraves pela falta de valorização na carreira e nem permitir que as escolas enfrentem no cotidiano evasão e reprovação que podem ter entre outros fatores, recursos pedagógicos, falta de uma metodologia que pode ser adquirida nas formações continuadas e ainda a valorização ligada a parte econômica dos profissionais da educação.

Freire, (1996, p. 43), sob esse aspecto educativo afirma que “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é a reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Portanto, a formação continuada abre caminhos para o contato com novos profissionais com trocas de experiência e práticas desenvolvidas para inovar metodologias que tem como finalidades melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Assim, é necessário que os docentes saiam do dito comodismo de uma prática constante e imutável e planejem suas ações para que alcance melhor os educandos com metodologias que melhorem a qualidade da educação.

Com base nesse contexto, indaga-se como criar um ambiente propício para que a carreira docente seja percebida como uma escolha valiosa e enriquecedora? Como as políticas públicas podem ser estruturadas para promover não apenas a entrada, mas também a permanência e a realização na carreira docente? Na prática essas indagações devem ser consideradas com a criação de metas que venham sanar as problemáticas com a garantia por uma educação eficaz a todos, com formação continuada que possibilita a criação de novas metodologias que venham facilitar o processo de ensino

e aprendizagem dentre outros fatores cruciais que podem ser aplicadas a partir da política pública educacional.

No caso o trabalho educativo, necessitam-se de iniciativas que demandem a soluções de problemáticas que evitem ocasionar obstáculos e para omitir esses entraves, torna-se necessário refletir sobre o que fazer diante de tantos problemas inseridos nos espaços escolares, uma vez que as responsabilidades são levadas e concentradas para os professores e devem ser revertidos em novas possibilidades os problemas surgidos de modo que sejam capazes de serem resolvidos, para Pereira:

A docência, portanto, é uma atividade complexa porque a realidade na qual o professor atua é dinâmica, conflituosa, imprevisível e apresenta problemas singulares que, portanto, exigem soluções particulares. Exige mobilizações de saberes para o cumprimento do objetivo de educar que é: o desenvolvimento das diferentes capacidades – cognitivas, afetivas, físicas, éticas, estéticas, de inserção social e de relação interpessoal – dos educandos, que se efetiva pela construção de conhecimentos (Pereira, 2011, p. 69).

Seguindo ainda essa linha filosófica, Delors, (2003) destaque que,

Os professores são também afetados por esta necessidade de atualização de conhecimentos e competências. A sua vida profissional deve organizar-se de modo que tenham oportunidade, ou antes, se sintam obrigados a aperfeiçoar sua arte, e beneficiar-se de experiências vividas em diversos níveis da vida econômica, social e cultural. (Delors, 2003, p. 166).

Considerando as citações dos dois autores que relacionam à docência como complexa e a atividade dos professores que de certa forma são afetados por uma melhoria no processo de ensino, pode-se destacar a importância desses profissionais permanecerem em formação contínua para que aperfeiçoem suas práticas pedagógicas, não tornando inertes, tendo em vista que a aprendizagem deve ser dinâmico e interativo e cansativas para ambas partes envolvidas no processo de ensino-aprendizagem.

Considerando o contexto a era digital na sociedade globalizada, trouxe consigo novos desafios e oportunidades para a educação no Brasil, demandando a formulação de políticas públicas que incorporem efetivamente a tecnologia e a inovação no ambiente educacional. A pandemia global acelerou a adoção de ferramentas digitais, evidenciando a necessidade de políticas que promovam a inclusão digital e explorem o potencial transformador da tecnologia na educação. A equidade no acesso às tecnologias da informação tornou-se uma preocupação central.

Políticas que busquem reduzir a divisão digital e garantir que todos os estudantes tenham acesso a dispositivos e conexões de qualidade são essenciais. Além disso, é crucial repensar as práticas pedagógicas para incorporar efetivamente as ferramentas digitais, promovendo a inovação educacional e preparando os estudantes para os desafios do século XXI. Nessa perspectiva, é necessário analisar

não apenas o investimento em infraestrutura tecnológica, mas também as políticas de formação de professores para o uso dessas ferramentas. Como as políticas públicas podem incentivar práticas inovadoras e garantir que a tecnologia seja uma aliada na promoção da equidade educacional? Para essa última indagação, Gondim atesta que,

Se desejamos ser uma sociedade de pessoas livres e iguais, autoras das normas que regulam nossas vidas, possuirmos uma educação igualitária, humana, justa, ética, crítica e criativa, devemos nos atentar que sem voz, sem linguagem, sem comunicação não existe pensamento, e com isso não existe sociedade e cidadão emancipado (Gondim, s.d. p.1).

No entanto não basta apenas que haja engajamento da sociedade como um todo sem devida preocupação e metas a serem cumpridas na prática por parte de entidades governamentais que venham construir uma sociedade com direitos e deveres como ápice de responsabilidade no cumprimento necessário na segurança por uma educação de qualidade.

2.5 FORMAÇÃO CONTINUADA, INOVAÇÃO PEDAGÓGICA E AS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

A prática de aprendizado constante para professores é uma maneira que busca a atualização contínua do saber e habilidades dos funcionários de educação. Vários estudos mostraram que a formação continuada tem uma função importante na elevação da qualidade do ensino. Segundo Silva e outros (2020), os professores que participam com mais frequência de programas de formação continuada têm um melhor trabalho em sala de aula, porque estão mais pontos para lidar com as exigências pedagógicas, e novas formas de ensinar.

Um grande benefício da formação que não para é a chance de os professores ficarem sabendo das novidades em ensino e tecnologia. Por exemplo, programas de estudo que falam sobre usar novas tecnologias, como sites de ensino online e ferramentas digitais que interagem, ajudam os professores a trazerem essas tecnologias para suas formas de ensinar, fazendo as aulas mais animadas e interessantes para os alunos. Também, a formação que não acaba ajuda no crescimento dos professores, dando a eles chances de subir na carreira e aumentar o ânimo e a felicidade no trabalho.

Outro ponto importante é o foco em uma cultura de troca e trabalho junto entre os professores. Os programas de formação que continuam sempre incluem atividades de trabalho em grupo e conversa sobre casos reais, o que ajuda a criar um ambiente onde as pessoas aprendem juntas. Pesquisas, como o trabalho de Oliveira e Souza (2021) mostram que trocar experiências entre os profissionais auxilia na propagação de boas maneiras de ensinar e resolver problemas escolares de maneira coletiva.

Um ponto crucial é a necessidade de o ensino de hoje se conectar com a tecnologia. Os professores não podem ficar para trás quando há novos avanços na ciência e na técnica. Eles precisam saber usar os equipamentos tecnológicos e devem integrar as tecnologias no ensino, vinculando-as com suas práticas de ensino. Nessas situações, enquanto os alunos estão usando computadores e aparelhos celulares...

É importante para preparar os estudantes para os desafios do século vinte um. A formação de chaveiros tem um papel chave na ajuda da mudança no ensino, porque ajuda os professores a usar bem as ferramentas tecnológicas que existem e fazer planejo ensino que ajudam o pensar crítico, a imaginação e o trabalho junto entre os estudantes.

As tecnologias de ensino, como os recursos digitais, plataformas de ensino distante e aplicações didáticas, têm se mostrado úteis na mudança do jeito de aprender e ajudando uma educação mais junta. De acordo com o estudo de Lima e outros (2022), o uso de tecnologias de ensino deixa os professores ajustarem suas aulas às precisões únicas dos alunos, dando ajuda especial para aqueles com problemas para aprender e desafios próprios. Isso ajuda a diminuir as diferentes no jeito de aprender e a incluir todos os alunos no processo de ensinar e aprender.

Além disso, a formação de professores que se concentra em inovação pede- ágica empurra o uso de métodos mais ativos para ensinar, como aprender com projetos, sala de aula trocada e jogos educativos. Essas maneiras envolvem as crianças de forma mais participativa no aprendizado, ajudando a criar habilidades importantes para o mundo hoje, como resolver problemas, falar com outros e trabalhar juntos. O trabalho de Ferreira e Mendes (2023) mostra que os professores que usam métodos vivos em suas práticas dizem um grande crescimento no interesse e na animado dos alunos.

O ensino dos professores e o reconhecimento da profissão são importantes para uma educação boa no Brasil. O aprendizado constante ajuda os professores a ficarem informados sobre novidades didáticas e tecnológicas, o que ajuda na melhoria do ensino e no crescimento dos próprios docentes. Também, o uso de tecnologias novas e métodos inovadores permite que os professores deem uma educação mais em conjunto e individual, preparando os estudantes para os desafios do século 21. Ao gastar dinheiro na formação de professores, o Brasil está gastando no futuro da sua educação e no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e bem-sucedida.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA CONSTRUÇÃO DO FUTURO EDUCATIVO BRASILEIRO

A interligação entre políticas públicas e educação no contexto brasileiro é um intricado campo de estudo, onde as diretrizes governamentais moldam diretamente o panorama educacional do país.

Em uma análise mais aprofundada, emergem desafios complexos e oportunidades cruciais que delineiam o futuro da educação no Brasil.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

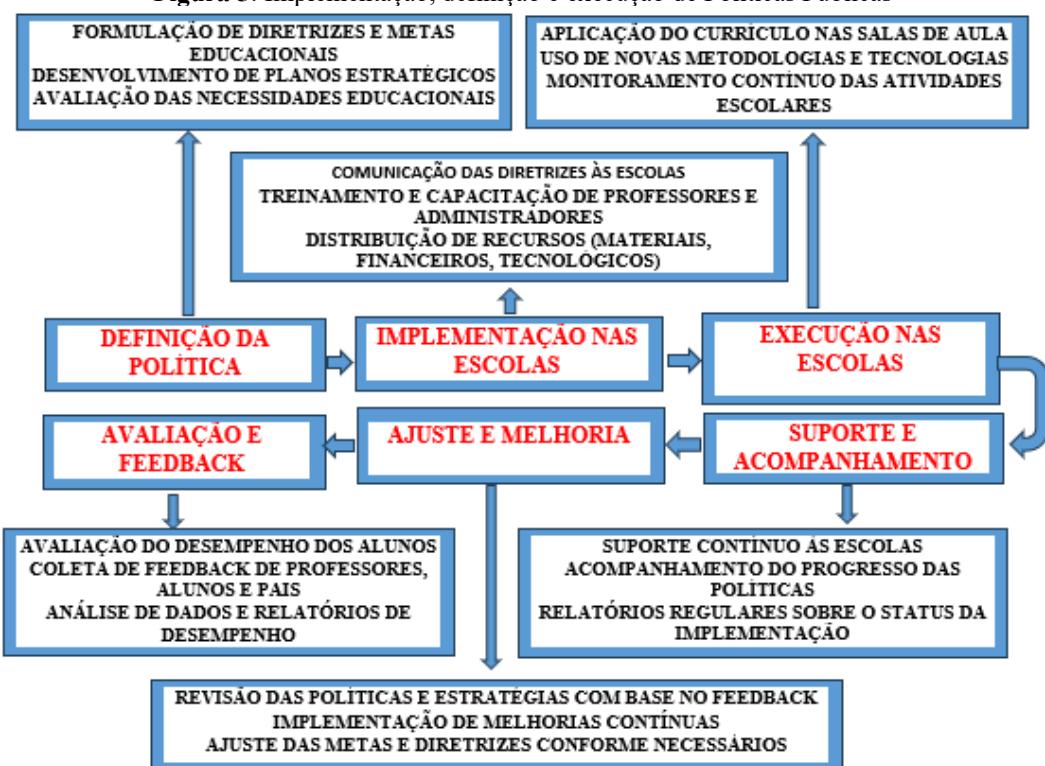
Para que uma sociedade seja desenvolvida é preciso que o povo tenha como pilar a educação, pois sem educação não progresso em todos os sentidos, científicos, educacionais, tecnológicos etc. Compreende-se que a educação representa a parte essencial e importantes para o desenvolvimento de uma sociedade justa, equitativa e próspera. No entanto, torna-se necessário haver políticas públicas educacionais para desempenhar a função crucial na promoção de acesso à educação de qualidade para todos os cidadãos. Com base nesse requisito fundamental, deve entrar no cenário a implementação de políticas, enfrentando diversos desafios em favor do progresso educacional e principalmente no repasse de recursos financeiros para alcançar objetivos e segurança a todas as escolas brasileiras, rurais, urbanas e ribeirinhas.

O papel governamental em ligação com outros órgãos municipais, estaduais e federais deve promover e oferecer oportunidades significativas para o avanço do sistema educativo. Assim sendo, considerar as políticas públicas educacionais é verificar as contribuições, Desafios para sua Implementação, oportunidades e Inovações na Construção do Futuro Educativo Brasileiro.

A realização das políticas públicas de ensino no Brasil tem muitos obstáculos que podem prejudicar suas metas de ter justiça e bons níveis de aprendizado. Um dos grandes problemas é a desigualdade entre regiões. O Brasil é um país muito grande, e as diferenças econômicas e sociais entre áreas do país afetam direto como os recursos são divididos e sua qualidade. Pesquisas, como a de Souza e Lima (2019), mostram que escolas em áreas urbanas mais ricas recebem mais dinheiro e têm melhores resultados escolares comparado com escolas em áreas rurais e lugares menos ricos.

Um outro desafio grande é a má gestão dos recursos públicos que vão para a educação. A corrupção e a falta de clareza na utilização das verbas escolares são barreiras que prejudicam a eficiência das políticas públicas. O estudo de Pereira e Santos (2020) mostra que a falta de fiscalização certa e a má administração dos fundos levam ao desperdício de dinheiro e, assim, a uma educação pior. A burocracia demais também é um fator que atrasa a execução das políticas públicas escolares, atrasando a chegada dos recursos às escolas e prejudicando o planejamento e a realização das ações planejadas (figura 5).

Figura 5: Implementação, definição e execução de Políticas Públicas



Fonte: Própria dos autores

Outro grande problema é a falta de preparo e reconhecimento dos trabalhadores da educação. A falta de recursos para programas de formação permanente e a desvalorização do trabalho de ensinar afetam a qualidade do aprendizado. Um estudo de Silva e outros (2021) mostra que a formação fraca dos professores e a ausência de incentivos para avançarem na carreira levam à baixa motivação e insatisfação no trabalho, o que impacta no desempenho dos alunos.

3.2 INOVAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO FUTURO EDUCATIVO BRASILEIRO

Apesar das dificuldades, as ações do governo para a educação no Brasil também trazem chances importantes para criar um futuro escolar mais justo e com mais todos juntos. O uso de novas tecnologias e métodos de ensino é uma dessas chances. Usar materiais digitais, como sítios web de aprendizado, apps educacionais e ferramentas que interagem, pode mudar como as pessoas aprendem e ensinam tornando isso mais vivo e fácil. Pesquisas, como um de Oliveira e Costa (2022), mostram que usar novas tecnologias pode ajudar no aprendizado pessoal atendendo às necessidades de cada aluno ajuda a incluir grupos que eram deixados de lado.

Uma outra chance importante é o incentivo à participação da comunidade escolar e da sociedade civil no processo de criação e execução das políticas públicas de ensino. A união entre escolas, famílias, organizações não governamentais (ONGs) e órgãos do governo pode fortalecer a

administração democrática e a clareza no uso dos recursos públicos. O estudo de Ferreira (2023) mostra que a participação ativa da comunidade escolar na tomada de decisões ajuda a criar um ambiente educacional mais abraçador e mais ativo, ajudando a construir uma educação boa para todos..

O reconhecimento da profissão de ensino é uma chance importante para a educação ficar melhor no Brasil. Gastar em programas de treino permanente e dar recompensas para avanços na carreira são planos que podem aumentar a motivação e felicidade dos trabalhadores da educação. Segundo o estudo de Mendes e outros (2024), professores que recebem treino bom e valorização no trabalho costumam ter melhor trabalho em sala de aula, fazendo uma educação mais qualidade para as crianças.

As políticas públicas de educação no Brasil lidam com grandes desafios, como a diferença entre regiões, o mau uso dos recursos e a baixa valorização da carreira de professor. Mas, as chances que vêm com o uso de novas tecnologias para aprender, a participação da comunidade escolar e o reconhecimento dos trabalhadores da educação são esperançosas para um futuro mais justo e inclusiva. Ao falar sobre a ajuda das políticas, este texto mostra o valor de um compromisso constante com clareza, novidade e justiça quando se coloca essas políticas em prática, para criar um sistema de ensino bom para todos os cidadãos brasileiros.

3.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE

A busca por uma educação inclusiva que reconheça e valorize a diversidade é uma meta constante das políticas públicas educacionais. Contudo, a efetiva implementação de práticas inclusivas enfrenta desafios, especialmente no que diz respeito à garantia de igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades específicas.

As políticas voltadas para a educação inclusiva devem transcender a retórica e se materializar em estratégias concretas. A formação de professores para lidar com a diversidade, a adaptação de materiais didáticos e a adequação das estruturas escolares são aspectos cruciais. Além disso, é fundamental repensar as avaliações educacionais, garantindo que sejam inclusivas e considerem as diferentes habilidades e potencialidades dos estudantes.

Ao explorar as políticas de inclusão, é pertinente questionar: como as políticas públicas podem ser formuladas e implementadas para garantir que cada estudante, independentemente de suas características individuais, tenha acesso a uma educação de qualidade? Como podemos superar os obstáculos práticos e culturais que muitas vezes impedem a plena inclusão nas instituições educacionais?

4 CONCLUSÃO

A análise das regras públicas de educação no Brasil mostra um quadro difícil e algo que pede esforço, mas cheio de chances para construir um futuro de ensino mais aberto e justo. A entrada de regras públicas em planos de repassar dinheiro federal às escolas de base é um passo chave para ter equidade e boa qualidade no sistema de aprendizado. Porém, a efetividade dessas regras depende de uma gestão clara e bem feita dos recursos, assim como a diminuição das dificuldades administrativas e luta contra más ações. A preparação dos professores e o reconhecimento da profissão deles são trabalhos muito importantes para oferecer um ensino bom. Programas de aprendizado continuado preparam os trabalhadores da educação a usar inovações em ensino e tecnologia em suas trabalhos, fazendo um ensino mais ativo e aberto.

Além disso, a inclusão de tecnologias que ensinam e métodos novos dá uma chance única para mudar o ensino e aprender no Brasil. O uso de ferramentas digitais e métodos que ativam os estudantes ajuda na personalização do aprendizado e a inclusão de todos eles, não importa suas necessidades próprias. Mas, para que essas mudanças funcionem bem, é preciso gastar dinheiro na preparação dos professores e no lugar onde as escolas funcionam garantindo que todos os alunos tenham acesso a um lugar bom pra aprender,

Os desafios que a escola no Brasil enfrenta, como as diferenças de região e o jeito ruim de usar os recursos, precisam um acordo firme com a clareza, a eficácia e o envolvimento da comunidade na criação e execução das políticas públicas. O trabalho junto entre escolas famílias organizações não governamentais e órgão governamentais é importante para ajudar a gestão democrática e o bom uso dos recursos públicos. Dar valor aos trabalhadores da educação por meio de programas de aprendizado constante e apoios para a mudança na carreira também é muito necessário para garantir motivação e satisfação dos professores que afetam a qualidade do ensino.

Em síntese, as políticas públicas voltadas à educação têm uma função importante na criação de um futuro escolar mais justo e aberto no Brasil. Ao gastar em o treinamento de professores, no reconhecimento da função de ensinar e em usar tecnologias para aprender, o país pode lidar com as dificuldades que existem e agarrar as chances para dar uma educação boa para todos. É bem importante que a comunidade toda participe desse processo, vendo a educação como um direito de todos e um dever do Estado, e que os esforços juntos tragam um sistema escolar que prepare as pessoas para as dificuldades do século XXI e ajudem no desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paulo Henrique Ferreira; PINTO; Jorge Henrique da Silva. Amadurecimento em gestão estratégica e tática: estudo de caso da PMDF. *Revista Ciência & Polícia*, v.5, n.2, p. 121-141, jul/dez, 2020.

BOURDIEU P. Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico São Paulo: Editora Unesp; 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996: Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRITO, Daniel Bezerra de. Histórias de vida e saberes docentes das educadoras da zona urbana e rural. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 923-945, jul/set. 2015.

CALDART, Roseli. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Trab. Educ. Saúde*, v. 7, n. 1, p. 35-64, 2009.

CASTRO, Maria Aparecida Campos Diniz de. Revelando o sentido e o significado da resiliência na preparação de professores para atuar e conviver num mundo em transformação. In: TAVARES, José (org.). Resiliência e educação. São Paulo: Cortez, 2001. p. 115-12

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. 8. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. 8. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

FREIRE. P. A Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: “Paz e Terra”, 1996.

GONDIM, G. H. P. O contexto escolar no Brasil contemporâneo. *Revista eletrônica de educação da Faculdade Araguaia* v. 1, n. 1 (2011) Goiânia – GO.

GROTBORG, Edith Henderson. Introdução: Novas tendências em resiliência. In: MELILLO, Aldo et al. (org.). Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 15-22.

PEREIRA, C. J. T. A Formação do Professor Alfabetizador: desafios e possibilidades na

PETERS, B. Guy. Institutional Analysis Progress and Problems. In: KEMAN, Hans; WOLDENDORP, Jaap J. (Eds.). *Handbook of Research Methods and Applications in Political Science*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2016, p. 127 – 140.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). *Coletânea Políticas Públicas*. v.1. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42.

TAVARES, José. Resiliência e equilíbrio emocional na escola. *Revista Conhecimento & Diversidade*, Niterói, n. 11, p. 65-78, jan./jun. 2014.

ALVES, João; SOARES, Maria. A eficácia do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) na redução das disparidades educacionais no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, n. 86, p. 145-163, 2019.

FERREIRA, Lucas. Colaboração entre escola, comunidade e ONGs: Um estudo de caso sobre a potencialização dos resultados dos programas de repasse de recursos. *Revista de Gestão Educacional*, v. 31, n. 5, p. 110-128, 2022.

LIMA, Fernanda; ALMEIDA, Carlos. Utilização de tecnologias educacionais na promoção da inclusão escolar: Uma análise dos impactos e desafios. *Educação e Sociedade*, v. 40, n. 145, p. 59-78, 2022.

MENDES, Helena; PEREIRA, João; SANTOS, Ana. Formação continuada e valorização profissional: Impactos na motivação e desempenho dos professores. *Estudos em Educação*, v. 35, n. 72, p. 89-104, 2024.

OLIVEIRA, Pedro; SOUZA, Marcos. Troca de experiências entre professores em programas de formação continuada. *Cadernos de Pedagogia*, v. 18, n. 3, p. 102-121, 2021.

PEREIRA, Gustavo; OLIVEIRA, Luana. Desafios burocráticos na implementação de políticas públicas educacionais no Brasil. *Administração Pública e Gestão*, v. 15, n. 7, p. 132-151, 2020.

PEREIRA, Tatiane; SANTOS, Ricardo. Corrupção e má gestão dos recursos públicos na educação: Um estudo sobre as causas e consequências. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 9, p. 45-62, 2020.

SANTOS, Felipe; ALMEIDA, Renata. A influência da corrupção na qualidade da educação básica brasileira. *Estudos de Políticas Públicas*, v. 13, n. 4, p. 77-95, 2018.

SILVA, Roberto; MENDONÇA, Ana; FREITAS, Bruno. Impactos do FUNDEB nos indicadores de desempenho escolar: Uma análise longitudinal. *Revista Brasileira de Financiamento da Educação*, v. 29, n. 6, p. 33-52, 2021.

SILVA, Vanessa; CUNHA, Cláudia; PEREIRA, Guilherme. Formação continuada de professores e inovações pedagógicas: Estudos de caso no contexto brasileiro. *Educação em Debate*, v. 19, n. 67, p. 202-220, 2020.

SOUZA, Paula; LIMA, Rafael. Desigualdade regional e políticas públicas educacionais no Brasil.